



Casa do Cruzeiro

Relatório e Contas

Período de 2022

Índice

Relatório de Gestão	4
1. Introdução.....	4
2. Evolução de rendimentos e ganhos	4
3. Evolução de gastos e perdas.....	5
4. Investimentos.....	6
5. Acontecimentos após a data do Balanço.....	6
6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal	7
7. Notas finais.....	7
Balanço	8
Demonstração dos Resultados por Naturezas	9
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
8. Identificação da Entidade.....	13
9. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	13
10. Principais Políticas Contabilísticas	13
10.1. Bases de Apresentação	14
10.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	15
11. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	19
12. Activos Fixos Tangíveis.....	19
13. Inventários	20
14. Rédito	21
15. Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
16. Benefícios dos empregados	21
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
18. Outras Informações.....	22
18.1. Investimentos Financeiros	22
18.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	22
18.3. Clientes e Utentes	22
18.4. Outras contas a receber.....	22
18.5. Diferimentos	22
18.6. Caixa e Depósitos Bancários	22
18.7. Fundos Patrimoniais.....	23
18.8. Fornecedores	23

18.9. Estado e Outros Entes Públicos.....	23
18.10.Outras Contas a Pagar.....	24
18.11.Fornecimentos e serviços externos	24
18.12.Outros rendimentos e ganhos	24
18.13.Outros gastos e perdas	24
18.14.Resultados Financeiros	25
18.15.Acontecimentos após data de Balanço.....	25



Relatório de Gestão

1. Introdução

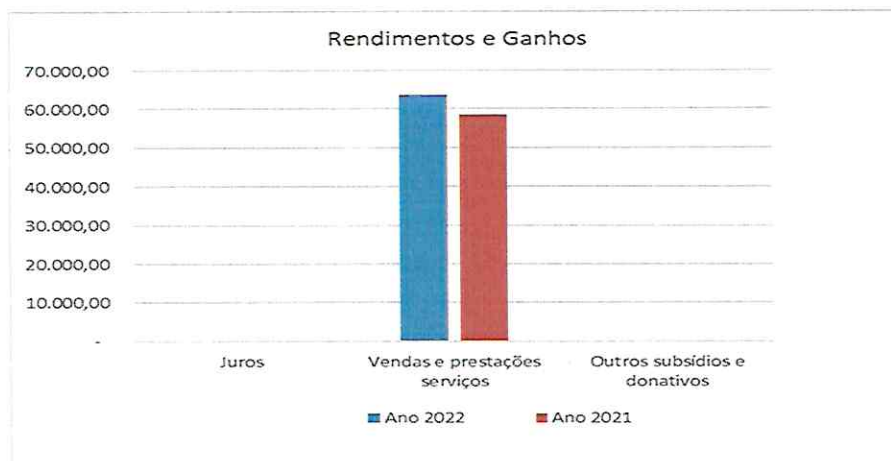
A Casa do Cruzeiro é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, propriedade da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, Instituto Religioso de Vida Apostólica e de Direito Pontifício.

Em janeiro de 1924, as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora instituíram uma comunidade em Adães, numa propriedade cedida ao instituto. A mesma tornou-se numa casa de repouso para as religiosas doentes e idosas, funcionando também como escola. Passados vinte e seis (26) anos em 1950, a comunidade mudou-se de Adães para Airó (Quinta do Cruzeiro), mantendo a dinâmica de casa de repouso e casa de oração da Província. Desde sempre as Irmãs colaboram na ação social e pastoral da Paróquia. Atualmente a abertura de um Centro de Dia neste espaço está para breve.

Durante o ano 2022, a Casa do Cruzeiro acolheu um número ligeiramente superior de utentes face ao ano transato. Como poderemos verificar na exposição apresentada a seguir, este aumento provocou variações tanto na faturação registada como nos gastos incorridos. Atualmente, a Casa do Cruzeiro não tem qualquer apoio da Segurança Social para o seu funcionamento.

2. Evolução de rendimentos e ganhos

Durante o ano 2022 a Casa do Cruzeiro registou um aumento ligeiro da faturação em resultado do aumento de utentes. A Casa do Cruzeiro não recebeu qualquer apoio de particulares ou do Estado ou outros públicos durante o período.

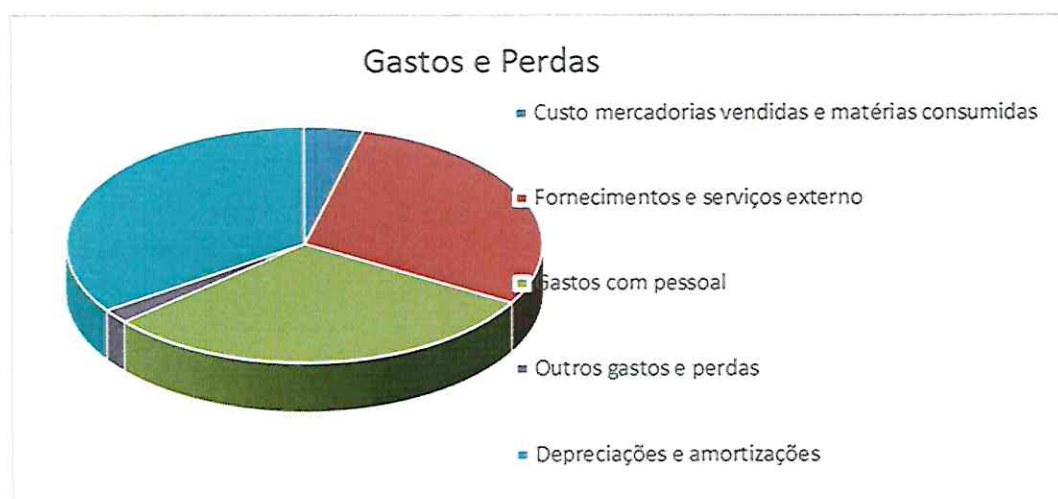


O quadro abaixo apresenta a variação ocorrida no período. Como podemos constatar, em termos totais, a variação ocorrida ainda que pouco significativa em valor, é de aproximadamente 9%.

Rendimentos	2022	2021	Variação \$	Variação %
Vendas e prestações serviços	63.720,00	58.612,00	5.108,00	9%
Total	63.720,00	58.612,00	5.108,00	9%

3. Evolução de gastos e perdas

A estrutura de gastos manteve-se inalterada durante o ano 2022. Os Gastos com pessoal e os fornecimentos e serviços externos continuam a representar a maior fatia dos gastos com um peso de 39% e 36%, respetivamente, na totalidade dos gastos. Em 2022, o custo das matérias consumidas registou um aumento de cerca de 105% em resultado do aumento de utentes.





Em termos totais, os gastos incorridos sofreram um aumento. No que respeita á rubrica de Custo das matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos, o aumento resulta tanto do aumento dos preços como do aumento de utentes. Quanto aos Gastos com pessoal, o aumento resulta do ajustamento salarial e da contratação de mais um funcionário. Já as depreciações, face ao reduzido investimento, tendencialmente diminuem à medida que os ativos se vão encontrando totalmente depreciados.

	2022	2021	Variação €	Variação %
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	10.140,25	4.941,04	5.199,21	105%
Fornecimentos e serviços externo	73.720,17	52.881,71	20.838,46	39%
Gastos com pessoal	76.391,41	56.045,42	20.345,99	36%
Outros gastos e perdas	4.798,50	4.224,05	574,45	14%
Depreciações e amortizações	86.696,38	89.202,31	(2.505,93)	-3%
Total	251.746,71	207.294,53	44.452,18	21%

4. Investimentos

Durante o período não se registou um significativo investimento em ativos fixos, nem está previsto investimento futuro.

Investimentos/Desinvestimentos	2022	2021	Variação €
Edifícios e outras Construções	-	9.477,50	(9.477,50)
Equipamento Básico	-	908,20	(908,20)
Equipamento de Transporte	-	-	-
Equipamento Administrativo	-	-	-
Outros ativos fixos	555,00	-	555,00
Total	555,00	10.385,70	(9.830,70)

5. Acontecimentos após a data do Balanço

Não se registaram quais factos que possam colocar em causa as demonstrações financeiras apresentadas bem como as suas notas.



6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal

A situação junto da Segurança Social e a Administração Fiscal encontra-se regularizada.

7. Notas finais

Agradecemos aos vários organismos públicos a confiança que depositaram nos nossos serviços; aos nossos fornecedores pela disponibilidade e compreensão; e aos diversos colaboradores e funcionários pelo rigor e vontade de colaboração.

Barcelos, 6 de abril de 2023

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Casa do Cruzeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

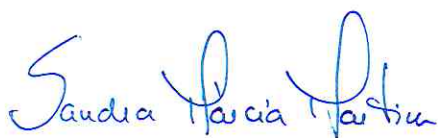
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

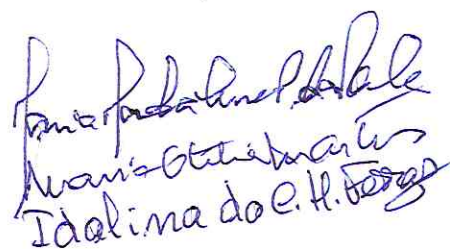
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	63.720,00	58.612,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8	336,00	126,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(10.140,25)	(4.941,04)
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(73.720,17)	(52.881,71)
Gastos com o pessoal	9	(76.391,41)	(56.045,42)
Outros rendimentos e ganhos	11.12	20.999,91	19.688,05
Outros gastos e perdas	11.13	(4.798,50)	(4.224,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(79.994,42)	(39.665,42)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(86.696,38)	(89.202,31)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(166.690,80)	(128.867,73)
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14		473,76
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		(166.690,80)	(128.393,97)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(166.690,80)	(128.393,97)

Barcelos, 6 de abril de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Casa do Cruzeiro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021							Euros	
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
1		2.046.965,51	-	(1.007.245,52)	30.000,00	(88.259,88)	981.460,11	981.460,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	(88.259,88)	-	88.259,88	-	-
2				(88.259,88)		88.259,88	-	-
3						(128.393,97)	(128.393,97)	(128.393,97)
4=2+3						(40.134,09)	(128.393,97)	(128.393,97)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
RESULTADO EXTENSIVO								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
5		-	-	-	-	-	-	-
6=1+2+3+4		2.046.965,51	-	(1.095.505,40)	30.000,00	(128.393,97)	853.066,14	853.066,14
POSICÃO NO FIM DO ANO 2021								

Barcelos, 6 de abril de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Pereira Partim

Casa do Cruzeiro
Morada: Rua do Convento, n.º 6, Barcelos
NIF:504 589 474

A DIRECÇÃO

Luís Macedo

Casa do Cruzeiro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Euros	
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	2.046.965,51	-	(1.095.505,40)	30.000,00	(128.393,97)	853.066,14	853.066,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	(128.393,97)	-	128.393,97	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					(166.690,80)	(166.690,80)	(166.690,80)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					(38.296,83)	(166.690,80)	(166.690,80)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
POSICÃO NO FIM DO ANO 2022	10 6+7+8+10	2.046.965,51	-	(1.223.899,37)	30.000,00	(166.690,80)	686.375,34	686.375,34

Barcelos, 6 de abril de 2023

A DIRECÇÃO

Sancho Pereira Partim
Bárbara Catarina H. Fogaça
Teresa da Conceição H. Fogaça

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Casa do Cruzeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

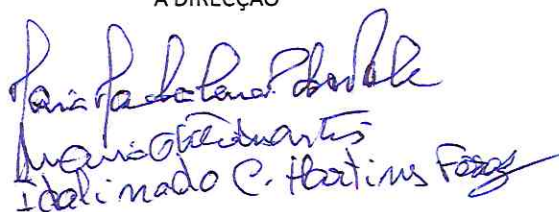
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		63.766,05	58.612,00
Pagamento a fornecedores		(82.355,92)	(42.764,78)
Pagamentos ao pessoal		(72.207,19)	(54.817,77)
Caixa gerada pelas operações		(90.797,06)	(38.970,55)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		18.306,50	21.046,77
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(72.490,56)	(17.923,78)
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			
Juros e rendimentos similares			473,76
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-	473,76
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		66.701,79	31.816,03
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		(5.668,98)	(194.435,46)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		61.032,81	(162.619,43)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(11.457,75)	(180.069,45)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13.241,51	193.310,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.783,76	13.241,51

Barcelos, 6 de abril de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO





Anexo

8. Identificação da Entidade

Denominação Social: Casa do Cruzeiro

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

Objeto Social: Ação Social para pessoas idosas com alojamento – CAE: 85313

Sede: Rua do Convento, 6 - Barcelos

N.º de Identificação de Pessoa Coletiva: 504 589 474

Fundo: 2.046.965,51€

Constituída em 1999

9. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto – Lei 98/2015 de 2 de junho.

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

10. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



10.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

10.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

10.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

10.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

10.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



10.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

10.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

10.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

10.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	3-10
Outros Ativos fixos tangíveis	3-12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

10.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

10.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

10.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



10.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

10.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de*



- utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

11. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

12. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.753.151,63					1.753.151,63
Equipamento básico	155.757,78					155.757,78
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,33					4.569,33
Outros Ativos fixos tangíveis	9.739,00	555,00				10.294,00
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.923.217,74	555,00	-	-	-	1.923.772,74
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	796.930,06	85.273,99				882.204,05
Equipamento básico	153.812,07	501,24				154.313,31
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,32					4.569,32
Outros Ativos fixos tangíveis	7.104,21	921,15				8.025,36
Total	962.415,67	86.696,38	-	-	-	1.049.112,05

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	1.743.674,13	9.477,50				1.753.151,63
Equipamento básico	154.849,58	908,20				155.757,78
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	4.569,33					4.569,33
Outros Ativos fixos tangíveis	9.739,00					9.739,00
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.912.832,04	10.385,70	-	-	-	1.923.217,74
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	708.773,33	88.156,73				796.930,06
Equipamento básico	153.132,64	679,43				153.812,07
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	4.569,32					4.569,32
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6.738,06	366,15				7.104,21
Total	873.213,36	89.202,31	-	-	-	962.415,67

13. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias	63,66	4.941,04	(63,66)	-	10.465,62	-	325,37
Total	63,66	4.941,04	(63,66)	-	10.465,62	-	325,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				4.941,04			10.140,25
Variações nos inventários da produção				-			-

14. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 o único rédito reconhecido foi relativo a juros.

Descrição	2022	2021
Vendas		
Prestação de Serviços	63.720,00	58.612,00
Prestação de Serviços	63.720,00	58.612,00
Total	63.720,00	58.612,00

15. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a Entidade não tinha qualquer apoio do governo ou outros entes públicos registados em resultados.

16. Benefícios dos empregados

Em 31/12/2021 a Entidade tinha 5 funcionários em 31/12/2022 tinha 6 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	62.085,69	45.458,09
Encargos sobre as Remunerações	13.863,86	10.180,05
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	441,86	407,28
Total	76.391,41	56.045,42

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Fundo de Compensação	1.222,00	937,33
Total	1.222,00	937,33

18.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos - Comunidade	155.296,94	-	155.296,94	93.914,72	-	93.914,72
Outros Empréstimos - PPFMNS	-	-	-	-	-	-
Total	155.296,94	-	155.296,94	93.914,72	-	93.914,72

18.3. Clientes e Utentes

Em 2022 e 2021 esta rubrica não apresenta qualquer valor.

18.4. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	1.280,84	22,02
Total	1.280,84	22,02

18.5. Diferimentos

Em 2022 e 2021 esta rubrica não apresenta qualquer valor.

18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	1.783,76	13.241,51
Depósitos a prazo	-	-
Total	1.783,76	13.241,51



18.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundo	2.046.965,51			2.046.965,51
Resultados transitados	(918.986,64)		128.393,97	(1.047.380,61)
Outras variações nos FP	30.000,00			30.000,00
Total	1.157.978,87	-	128.393,97	1.286.372,84

Na rubrica de Outras Variações nos Fundos Patrimoniais inclui-se o apoio atribuído pela Câmara de Barcelos.

18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	4.233,77	256,99
Total	4.233,77	256,99

18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	254,22	1.782,67
Total	254,22	1.782,67
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	249,00	201,00
Segurança Social	1.310,57	1.265,15
Outros Impostos e Taxas	52,01	42,85
Total	1.611,58	1.509,00


18.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Fornecedores de Investimentos		6.196,53		6.196,53
Credores por acréscimos de gastos		12.634,09		8.709,64
Outros credores		168.475,57		107.047,30
Total	-	187.306,19	-	121.953,47

18.11. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica dos “*Fornecimentos e serviços externos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	14.423,40	11.068,66
Materiais	583,57	933,84
Energia e fluidos	52.204,00	35.013,85
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Serviços diversos	6.509,20	5.865,36
Total	73.720,17	52.881,71

18.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros rendimentos e ganhos	20.999,91	19.688,05
Total	20.999,91	19.688,05

18.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	157,28	15,00
Outros Gastos e Perdas	4.641,22	4.209,05
Total	4.798,50	4.224,05

18.14. Resultados Financeiros

AS rubricas de gastos e rendimentos relacionados com juros e similares encontram-se divididas da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		473,76
Total	-	473,76
Resultados financeiros	-	473,76

18.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Barcelos, 6 de abril de 2023

Francisco Manuel da Silva
Luís Otávio
Idalina da Conceição H. Faria